

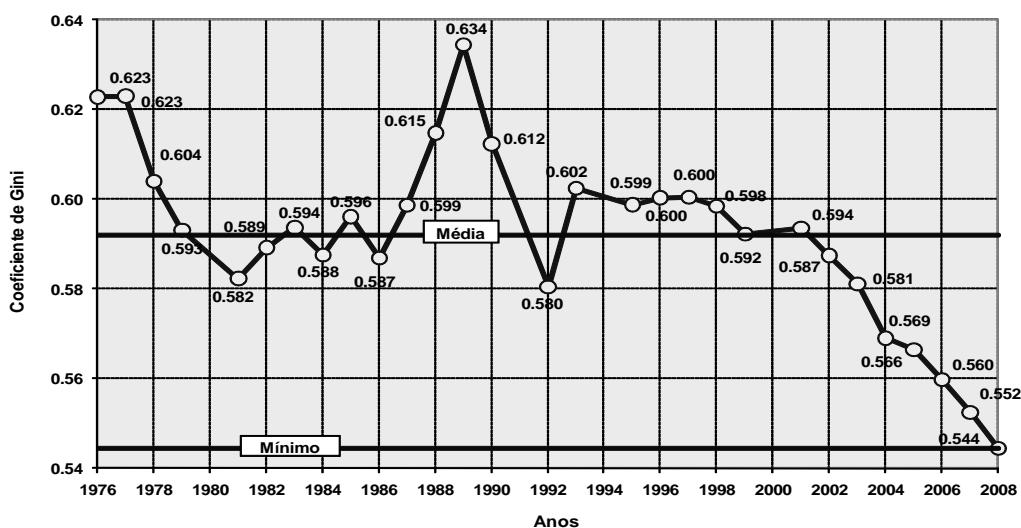
5.1.23. Função Assistência Social

O Brasil está vivendo uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas, promovida por uma concepção de desenvolvimento mais distributiva e sustentável. Nesse contexto, as políticas sociais ganham papel relevante, rompendo com a falsa dicotomia entre o social e o econômico.

A desigualdade de renda brasileira declinou de forma sistemática, acentuada e sem precedentes entre 2001 e 2008, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios - PNAD 2008, divulgada em 2009. Ao analisar a desigualdade de renda familiar per capita segundo o coeficiente de Gini, verifica-se uma queda de 8,4% entre os anos de 2001 e 2008 (de 0,594 para 0,544), o que indica a tendência rumo a uma sociedade mais justa. Uma decomposição fatorial por fonte de renda do coeficiente de Gini aponta para a desconcentração da renda do trabalho como responsável pela maior parte desse movimento, embora as transferências públicas (aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família) tenham revelado significativa contribuição.

**EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA
SEGUNDO O COEFICIENTE DE GINI: BRASIL, 1976 A 2008**



Fonte: IPEA – Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2008

Ademais, em 2008 o país foi capaz de reduzir a extrema pobreza à metade do valor do ano de 2003, de maneira a alcançar em 5 anos o que o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio - ODM estabeleceu que fosse feito em 20 anos, até 2015, conforme demonstra a seguir. Além da queda da desigualdade e da pobreza em termos de renda, os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008 revelam a expansão do acesso da população, em especial dos grupos mais vulneráveis, a uma ampla variedade de oportunidades

como o acesso a serviços habitacionais básicos, à informação e à educação. A expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade do domicílio (normativamente definida segundo quatro aspectos: acesso a saneamento básico, características físicas adequadas, ocupação adequada e acesso a bens de consumo duráveis) foi também acompanhada pela desconcentração, tornando o acesso mais bem distribuído e menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos.



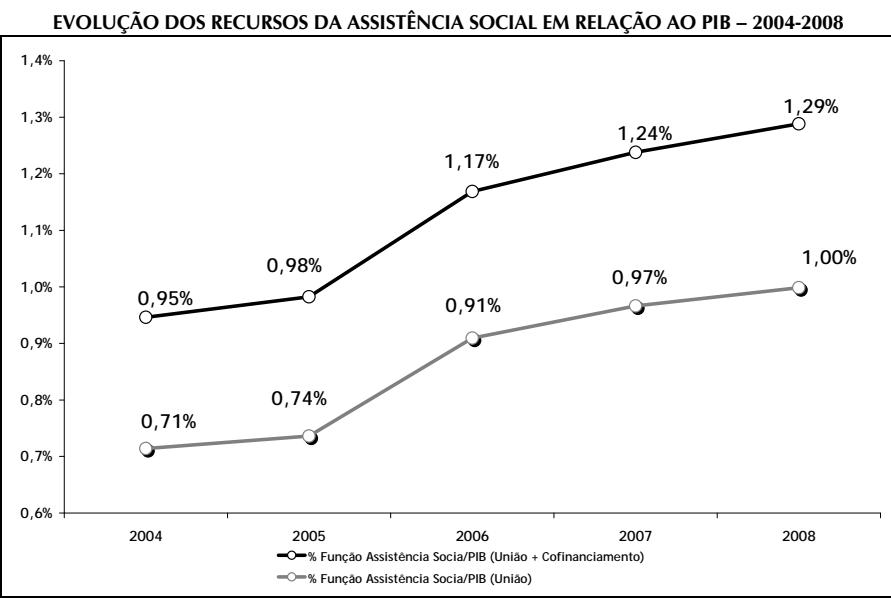
Fonte: IPEA – Estimativas produzidas com base na PNAD de 2001 a 2008

No que se refere à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil - IDH, medida calculada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD que engloba as dimensões de renda, educação e longevidade, o Brasil manteve a classificação de país de desenvolvimento humano elevado, alcançado em 2005. A elevação na dimensão absoluta do índice de 0,807 em 2006, para 0,813 em 2007 esteve relacionada principalmente ao aumento do PIB per capita no período considerado, embora a edição especial do relatório anual "Situação Mundial da Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância" (Unicef) aponte que o país faz parte do grupo de 25 nações – em meio a 196 analisadas – que mais avançou na redução da mortalidade de menores de 5 anos, atingindo em 2008 a marca de 22 mortes para cada mil nascidos vivos.

O relatório cita os avanços também na redução da desnutrição em crianças menores de dois anos – de 2000 a 2008, o índice caiu 77%. Outro destaque trata do acesso à escola já que, em 2001, 920 mil crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. Em 2008, o número caiu para 570 mil. As condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família, referentes à frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional das crianças e das gestantes, certamente contribuíram para a evolução dos números apresentados.

De acordo com os dados divulgados pela PNAD 2009, o ano de 2008 reafirmou a tendência de queda do trabalho infantil no país. Para a faixa etária de 5 a 15 anos, a taxa de trabalho infantil caiu de 6,6% para 5,8%, evoluindo de 2,49 milhões de crianças em situação de trabalho em 2007 para 2,14 milhões em 2008, ou seja, aproximadamente 350 mil crianças de 5 a 15 anos deixaram de trabalhar no intervalo de um ano. Já na faixa etária entre 5 e 13 anos a ocupação caiu acentuadamente de 1,2 milhão em 2007 (19,2%) para 993 mil em 2008, alcançando o menor nível de ocupação da década (3,2%).

Os resultados de impacto na redução da pobreza e da desigualdade são fruto, em grande parte, da ampla política social de Estado concebida com foco nos mais pobres. Trata-se de uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometida com a Agenda Social. Nessa perspectiva, constata-se o crescimento contínuo dos recursos destinados à Assistência Social, que em termos nominais aumentaram 102,5% de 2004 a 2008; em relação ao PIB, os recursos evoluíram de 0,95% em 2004, para 1,29% em 2008. Considerando que em 2008 o PIB teve um incremento da ordem de 48,8% em termos nominais em relação a 2004, verifica-se um crescimento maior do investimento na área social.



Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Dados: SIAFI; SISTN/STN; IBGE)

Função Assistência Social

Com o intuito de apoiar a gestão das ações da função Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS desenvolve pesquisas de avaliação e processos de monitoramento dos programas e ações executados ou financiados pelo Governo Federal, bem como a capacitação de gestores e técnicos e a disseminação do conhecimento, agregando qualidade à gerência e ao desempenho dos programas e políticas sociais. A Matriz de Informação Social, principal ferramenta de gestão e acompanhamento de informações estratégicas, permitiu consolidar as informações das ações do MDS e dos recursos investidos nas mesmas, de maneira a acompanhar a evolução dos principais indicadores sociais.

Por meio do monitoramento dos equipamentos sociais, como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, o Censo do Sistema Único de Assistência Social, sequencial aos anos de 2007 e 2008, levantou a situação dos equipamentos e sua forma de funcionamento, dados utilizados como subsídios para o cálculo de indicadores de qualidade, ações de correção de problemas, bloqueio de repasses de recursos financeiros e definição da política de expansão dos serviços. O IDCRAIS,

indicador de desempenho do CRAS consolidado em 2009, é uma metodologia adotada para a construção de um indicador sintético que está baseada em uma perspectiva de estágios de desenvolvimento dos CRAS, no total de 10 estágios. Em 2009 foi iniciado também o processo de elaboração do IDCRAES, de forma semelhante ao já consolidado IDCRAIS.

O Censo CRAS 2009 registrou 5.796 CRAS, em 4.326 municípios e no DF. Em relação a 2008, constata-se um aumento de 13% de CRAS no Brasil. Do total de CRAS registrado no Censo 2009, 3.916 são cofinanciados pelo Governo Federal. Já o Censo SUAS, incorporando o segundo censo CREAS, indicou a existência de 1.200 CREAS em funcionamento, número maior que os cofinanciados pelo Governo Federal, o que demonstra o comprometimento dos demais entes federados na consolidação dessa unidade de referência no âmbito do SUAS.

Por fim, é importante ressaltar a promoção de ações de monitoramento na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no apoio à construção de indicadores e no desenvolvimento e melhoria de ferramentas de informação que auxiliem e orientem os gestores na tomada de decisão, visando melhor focalização dos esforços e melhoria no atendimento das demandas.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2004/2009

em R\$ milhões

ASSISTÊNCIA SOCIAL	EMPENHADO						TOTAL
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
OFSS	13.863,4	15.806,1	21.554,6	24.713,6	28.845,2	33.335,6	138.118,4
OI	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	13.863,4	15.806,1	21.554,6	24.713,6	28.845,2	33.335,6	138.118,4

Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação CGPA/SPO/SE/MDS (Dados: Siafi)

ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR SUBFUNÇÃO GOVERNAMENTAL
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009

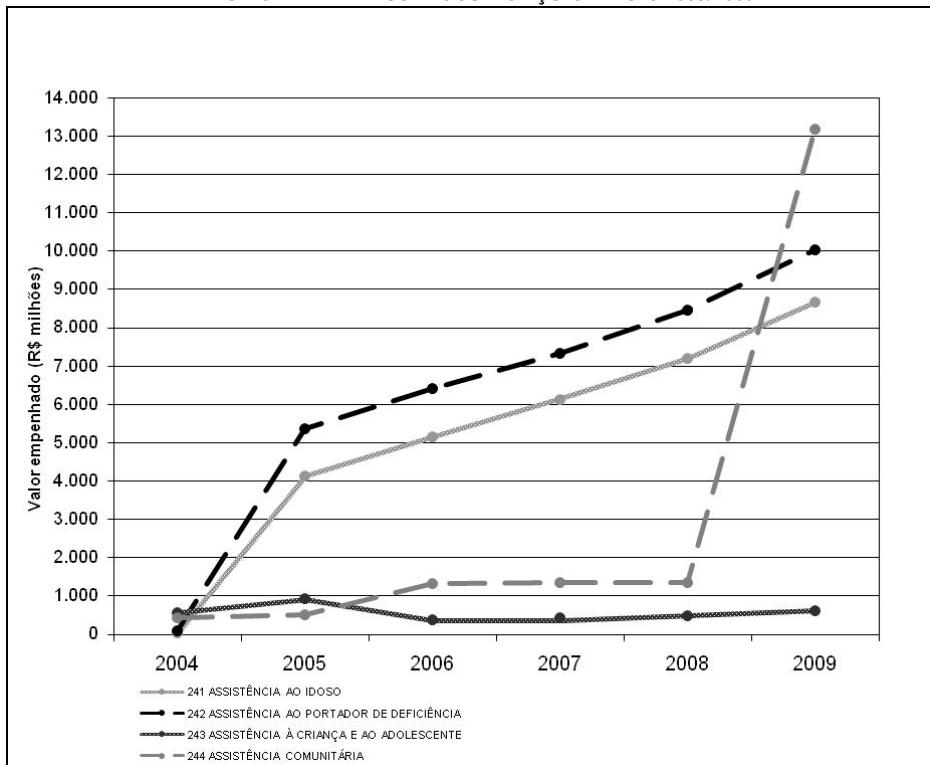
em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO 08POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 08 EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 08	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas						
241 - Assistência ao Idoso	8.674,98	96,9	0,82	91,6	8.675,81	96,9
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	10.037,20	98,7	2,52	96,0	10.039,72	98,7
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	618,36	90,8	99,92	88,9	718,28	90,6
244 - Assistência Comunitária	13.174,24	97,8	582,71	72,4	13.756,95	96,3
Outras Subfunções	830,79	78,9	-	-	830,79	78,9
TOTAL	33.335,58	97,1	685,98	74,5	34.021,55	96,5

Pela análise da evolução dos recursos da Função Assistencial Social, por subfunção, nota-se que, em 2004, o Benefício de Prestação Continuada - BPC se encontrava alocado na subfunção 845 – Transferências, o que não ocorreu em 2005, quando o BPC idoso passou a ser alocado na subfunção 241 – Assistência ao Idoso, e o BPC Deficiente, na subfunção 242 – Assistência ao Portador de Deficiência. Com essa alteração, observa-se um incremento significativo das duas últimas subfunções mencionadas entre os exercícios de 2004 e 2005. Dessa forma, resta na subfunção 845 – Transferências, a partir do exercício de 2005, apenas o recurso alocado no Programa Bolsa Família (PBF). Outra variação significativa ocorreu entre os exercícios de 2007 e 2008 na medida em que o

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA passou de figurar, até 2007, na subfunção 605 – Abastecimento para figurar, a partir de 2008, na subfunção 306 – Alimentação e Nutrição, de modo a classificar melhor o gasto conforme seu objetivo final. Nesse mesmo sentido, a última variação significativa em termos de subfunção ocorreu entre os exercícios de 2008 e 2009, na medida em que os recursos do PBF mudaram da subfunção 845 – Transferências para ser classificados na subfunção 244 – Assistência Comunitária a partir de 2009. Segue abaixo o quadro com a execução do MDS por subfunção. A seguir encontra-se o gráfico evidenciando a evolução, 2005 a 2009, nas subfunções típicas.

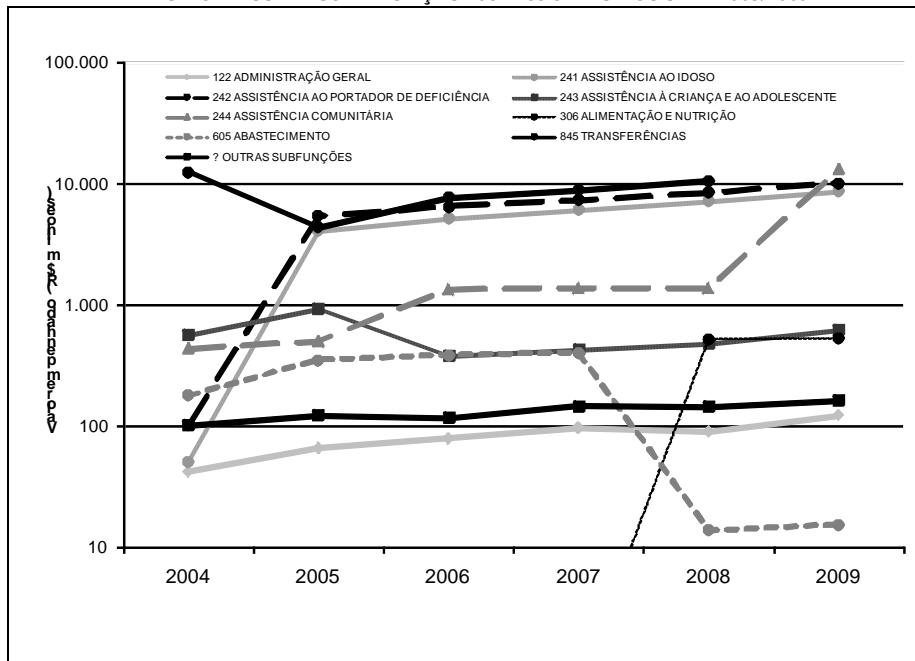
VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009



Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPA/SPO/SE/MDS

Obs.: Também houve execução na função 28 – Encargos especiais de R\$ 72.400 no ano de 2009. Contudo tal execução não é representativa na escala de valores que foi utilizada neste trabalho.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL" 2005/2009



Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPA/SPO/SE/MDS

Obs.: escala logarítmica de valores foi utilizada neste gráfico para demonstrar melhor as variações.

A política pública de assistência social foi organizada, a partir de 2005, em um novo modelo de gestão descentralizada e participativa, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que visa a regulação e organização, em todo o território nacional, dos projetos, programas, benefícios e serviços socioassistenciais, fundamentado na complexidade dos serviços em níveis de proteção social básica e especial, na centralidade da família, na territorialização, na participação social e no financiamento partilhado pelas três esferas de governo.

Em 2009, 99% dos municípios brasileiros (5.507) estavam habilitados em algum nível de gestão do SUAS sendo que, 940 municípios (16,9% do total de municípios) em gestão inicial, 4.182 municípios (75,2%) em gestão básica e 385 (6,9%) em gestão plena. Ao final de 2009, apenas 57 municípios (1%) não estavam habilitados ao SUAS. O nível crescente de adesão ao SUAS desde a sua implantação no ano de 2005 até o exercício de 2009 e o incremento da habilitação nos níveis de gestão básica e plena, conforme observado no quadro a seguir demonstra a consolidação desse modelo de gestão compartilhada.

EVOLUÇÃO DA ADESÃO AO SUAS – 2005 A 2009

TIPO DE HABILITAÇÃO	PERÍODO				
	2005	2006	2007	2008	2009
Não Habilitados	417	231	124	98	57
Gestão Inicial	1625	1286	1262	1170	940
Gestão Básica	3206	3690	3813	3921	4182
Gestão Plena	312	356	364	374	385
TOTAL	5560	5563	5563	5563	5564

Fonte: SNAS

Como estratégia fundamental para a consolidação do SUAS, merece destaque a formação de agentes de controle social da assistência social, por meio da capacitação dos conselheiros nacionais, estaduais e do DF, que destinou-se ao aprimoramento da capacidade institucional dos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social, por meio do desenvolvimento das competências individuais e coletivas dos seus membros relacionadas ao exercício do controle social da política de proteção social não contributiva. Foram oferecidas 430 vagas aos membros dos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social, dentre os quais figuram conselheiros e secretários executivos.

No que se refere aos avanços em termos de regulação, ressalta-se a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e o protocolo de gestão. Por meio da Resolução nº 109/2009 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que padroniza em todo território nacional os serviços de assistência social, cria identidade para os seus serviços e passam a ter nomenclatura padronizada nacionalmente, favorecendo a unidade de compreensão. Ainda na área de regulação, destaca-se a elaboração e publicação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009).

O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS estabelece procedimentos necessários para garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para as famílias do Programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais, especialmente das que apresentam sinais de maior vulnerabilidade.

Visando atender ao que determina a Política Nacional de Assistência Social, de implementar o Sistema Nacional de Vigilância Social, o MDS firmou parceria, no final de 2008, com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ para realizar o Projeto de Implementação de Ações de Vigilância Social, que culminou na elaboração de um relatório preliminar com as variáveis e os indicadores da situação de vulnerabilidade e risco social nos municípios brasileiros.

No tocante às publicações destacam-se em 2009 os documentos "Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS" e do caderno "CRAS – a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços", que trazem um conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS. Ainda em 2009 foram publicados os Cadernos de Orientação do Projovem Adolescente, um conjunto de oito volumes lançado em outubro e o documento "Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes" (Resolução conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2009).

A seguir são apresentados os principais resultados dos cinco programas estruturantes no âmbito da função Assistência Social, com informações sobre as metas de atendimento e a execução financeira no exercício de 2009.

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família - PBF é a principal ação pública de transferência de renda condicionada do Brasil. Em 2009, completou seu sexto ano de operação, no qual foram tomadas medidas importantes para o aperfeiçoamento do Programa e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

Criado pela Lei nº 10.836/2004, o PBF visa contribuir para a superação da pobreza e a diminuição da desigualdade no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.

Em 2009, diversas iniciativas foram tomadas para ampliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade. Uma das principais foi o reajuste dos benefícios em aproximadamente 10%, a fim de preservar o poder de compra das famílias diante da alta dos preços dos produtos alimentares. Assim, o benefício básico, voltado às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R\$ 62,00 para R\$ 68,00; o benefício variável, voltado a famílias em situação de pobreza que têm crianças e adolescentes de até 15 anos, limitado a três benefícios, passou de R\$ 20,00 para R\$ 22,00, e o Benefício Variável Vinculado ao Jovem - BVJ, voltado a famílias em situação de pobreza que têm adolescentes de 16 e 17 anos de idade, limitado a dois benefícios, passou de R\$ 30,00 para R\$ 33,00. O ano foi marcado também por aperfeiçoamentos na metodologia de focalização do Programa Bolsa Família. O primeiro foi a alteração dos critérios de elegibilidade do PBF: a linha de extrema pobreza passa a corresponder a uma renda familiar per capita de até R\$ 70,00 e a linha de pobreza a uma renda familiar per capita de até R\$ 140,00. O segundo foi a atualização das estimativas de pobreza utilizadas pelo Programa por meio da incorporação de um coeficiente de vulnerabilidade de renda que considera a instabilidade dos ganhos das famílias mais pobres. Finalmente, as estimativas da população-alvo do Programa nos municípios foram redefinidas com base na metodologia dos Mapas de Pobreza. Com isto, o público potencialmente beneficiário do Bolsa Família passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias distribuídas em todo o território nacional. Com base nessas novas estimativas, realizou-se a expansão da cobertura do Programa Bolsa Família em três etapas. A primeira foi concluída em maio, quando ocorreu a inclusão de 300 mil novas famílias; a segunda, em agosto, com a inclusão de mais 500 mil famílias; a terceira e última aconteceu na folha de pagamentos de outubro, com a inclusão de outras 500 mil famílias. No total, 1,3 milhão de famílias foram incluídas no Bolsa Família em 2009. Também em 2009 o PBF beneficiou 12.370.915 famílias, em 100% dos municípios brasileiros, com um benefício financeiro de valor médio de R\$ 94,92. Os recursos financeiros repassados pelo Bolsa Família para pagamento de benefícios totalizaram R\$ 11,84 bilhões em 2009, ou aproximadamente 0,4% do PIB de 2008, o que demonstra que esse Programa tem um custo relativamente baixo, considerando seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. Esse montante representa 28,69% do total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 16% do total de Transferências Constitucionais no mesmo período. Na Região Nordeste, os recursos repassados pelo Bolsa Família representam 42,33% dos recursos repassados pelo FPM e 24,92% do total das Transferências Constitucionais, o que demonstra a importância desse Programa para os cidadãos e, ainda, para a economia da Região. A tabela a seguir compara os montantes de recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e das transferências de renda.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA O MUNICÍPIO – DEZEMBRO/2009 (R\$ MILHÕES)

REGIÃO	FPM (A)	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (B)	TOTAL DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (C)	PTR/ FPM (C/A)	PTR / TRANSF. CONSTITUCIONAL (C/B)
CENTRO-OESTE	2.951	4.935	602	20,38%	12,19%
NORDESTE	14.665	24.913	6.208	42,33%	24,92%
NORTE	3.655	6.655	1.135	31,06%	17,06%
SUDESTE	12.794	25.983	2.935	22,94%	11,30%
SUL	7.222	11.530	964	13,35%	8,36%
TOTAL GERAL	41.286	74.017	11.844	28,69%	16,00%

Fonte: STN

A execução da meta financeira do PBF, no período de 2005 a 2009, será apresentada na tabela a seguir. Cabe esclarecer que, na elaboração do PPA 2008-2011, a Senarcc propôs o desmembramento da ação Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência de Renda. Dessa forma, foi acrescida ao PBF a ação

Serviço de Apoio a Gestão Descentralizada do PBF, que tem como finalidade transferir recursos financeiros aos estados e municípios com propósito de assegurar melhoria do desempenho da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2005/2009

em R\$ milhões

AÇÃO		2005	2006	2007	2008	2009
006O / 8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza	4.307,94	5.807,58	8.755,56	10.472,87	11.844,28
2272	Gestão e Administração do Programa	9,60	1,58	2,87	2,12	1,00
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda – Cadastro Único	7,20	14,79	15,00	15,01	3,92
6524	Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência de Renda	178,30	523,98	406,53	191,70	218,70
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	257,90	231,92
TOTAL		4.503,05	6.347,94	9.179,95	10.939,59	12.299,82

Fonte: SIGPlan

O MDS vem utilizando indicadores de gestão para monitoramento e avaliação do PBF e do Cadastro Único. Além de medir o alcance das metas, esses indicadores contribuem para a transparéncia no que concerne à execução do PBF e do Cadastro Único e à identificação de particularidades não previstas no desenho inicial. Isso conduz à percepção dos resultados e do impacto no público para o qual se destina as ações do programa. Com a mudança na metodologia para estimar o público-alvo do Programa Bolsa Família, em 2009, o número potencial de

beneficiários passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias. Sendo assim, com a expansão estabelecida para o exercício de 2009, o resultado de apuração do indicador Taxa de Atendimento às Famílias Pobres atingiu 100%. Quanto ao total de famílias beneficiárias do PBF, com os números definidos a partir da nova estimativa apurou-se, nesse indicador, um resultado de 95,2%. A tabela a seguir apresenta o resultado do monitoramento dos indicadores contidos no Plano Plurianual.

INDICADORES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2008 E 2009 (%)

INDICADOR	2008		2009	
	PREVISÃO	RESULTADO	PREVISÃO	RESULTADO
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação	80,00	84,80	85,00	88,40
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde	60,00	58,20	70,00	64,50
Taxa de Atendimento às Famílias Pobres	100,00	100,00	100,00	95,20

Fonte: SIGPlan

Em relação ao acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família, na área de educação, o exercício de 2009 foi encerrado com 88,4% dos integrantes em idade escolar das famílias beneficiárias com a frequência escolar monitorada, representando 15,7 milhões de alunos acompanhados no bimestre outubro/novembro. Em relação

ao final de 2008, quando o resultado foi de 84,8%, o crescimento na taxa de acompanhamento foi de 4,4 pontos percentuais. O percentual de alunos de 6 a 15 anos com acompanhamento registrado chegou a 89,6%, representando 14 milhões de alunos. Para os alunos com idade entre 16 a 18 anos, o percentual de

acompanhamento foi de 79,4%, o que representa 1,7 milhão de jovens acompanhados.

No que se refere ao acompanhamento de condicionalidades na área de saúde, o exercício de 2009 foi encerrado com 64,5% das famílias que possuem integrantes no perfil para acompanhamento de saúde com o acompanhamento realizado no 2º semestre de 2009. Este indicador corresponde ao acompanhamento de 6,3 milhões de famílias. Em relação ao final de 2008, quando o resultado foi de 58,2%, o crescimento na taxa de acompanhamento foi de 6,3 pontos percentuais no exercício.

Em setembro de 2009 foi publicada portaria que institui o Fórum Intergovernamental e Intersetorial de Gestão de Condisionalidades do Programa Bolsa Família. De caráter consultivo, o Fórum será um espaço destinado ao debate e à integração entre políticas públicas das três esferas de governo no acompanhamento das condisionalidades do Programa, visando ao seu aprimoramento.

Importante ressaltar, em 28 de outubro de 2009, o lançamento oficial do Projeto de Inclusão Bancária dos beneficiários do PBF, regulamentado pelo Decreto nº 7.013/2009. Esse projeto contribui para ampliar a inclusão social das famílias atendidas pelo Programa, pois viabiliza o acesso ao sistema financeiro formal e pode garantir a oferta de instrumentos financeiros importantes à população de baixa renda, como poupança, microcrédito e micrseguros, além de proporcionar flexibilidade para a utilização de serviços bancários. Desde o lançamento do projeto-piloto, em março de 2008, o Projeto de Inclusão Bancária já alcançou cerca de dois milhões de famílias beneficiárias, o que representa R\$ 169 milhões transferidos mensalmente (por volta de 16% do total de benefícios transferidos às famílias do PBF no mês de novembro de 2009). A meta é alcançar quatro milhões de famílias até o final de 2010.

No que se refere à oferta de programas complementares ao PBF, destaca-se o programa Próximo Passo, executado por meio de articulação entre o MDS e o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, o qual visa a oferta de ações de qualificação profissional vinculadas a demandas efetivas por mão-de-obra de vários setores da atividade econômica, a exemplo das oportunidades ocupacionais surgidas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Minha Casa Minha Vida, bem como para atender a diversos eventos turísticos, entre os quais a Copa do Mundo de 2014.

Como uma das ações do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, os cursos de qualificação profissional nos setores da construção civil e do turismo são financiados com recursos do orçamento de 2008, alocados no FAT. Assim, cabe ao MTE a contratação das executoras para ministrar os cursos e ao MDS todo o processo de articulação com as redes estaduais e municipais de assistência social e do Bolsa Família, visando a mobilização dos beneficiários para participarem da qualificação. Em 2009, passaram pela qualificação quase 40 mil beneficiários do PBF, nos setores

da construção civil - em articulação com as obras do PAC - e do turismo, em mais de 200 municípios brasileiros.

A parceria firmada com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB tem também contribuído para ampliar o acesso dos beneficiários ao Microcrédito Produtivo Orientado. Conforme dados do BNB (novembro de 2009), metade da carteira de clientes do Programa Crediamigo (microcrédito urbano) é composta por beneficiários do PBF (51,5%), totalizando 205 mil empreendedores de baixa renda.

Na estratégia de apoio à gestão compartilhada do Programa, destaca-se a institucionalização do Índice de Gestão Descentralizada – IGD, com a publicação da Lei nº 12.058/2009, que consolida esse instrumento de aferição da qualidade da gestão do PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico em nível municipal através de indicadores definidos com esta finalidade. Esses indicadores refletem os esforços dos gestores no acompanhamento das condisionalidades e na atualização do cadastro das famílias vulneráveis. No exercício de 2009, foram transferidos a estados e municípios R\$ 231,92 milhões, sendo que R\$ 231,78 milhões referem-se a transferências para municípios e R\$ 0,14 milhões referem-se a repasses a estados não efetuadas em 2008. Em 2009 foi finalizada a parceria com a totalidade municípios brasileiros, que participam, junto com os estados e o Governo Federal, de ações para melhoria das condições de vida das famílias carentes.

O CadÚnico, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, ao final de 2009, contou com cerca de 19 milhões de famílias identificadas na sua base de dados, totalizando cerca de 72 milhões de pessoas. Destas, em torno de 32 mil famílias em todo o Brasil estão identificadas como quilombolas, sendo aproximadamente 25 mil beneficiárias do PBF e cerca de 76 mil famílias identificadas como indígenas, sendo aproximadamente 64 mil delas beneficiárias do PBF. Em 2009 houve ampla mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com mais de dois anos desde a última alteração cadastral. Desde o lançamento da estratégia de revisão cadastral, em fevereiro deste ano, mais de 2,7 milhões de famílias tiveram o cadastro atualizado.

A Portaria nº 376/2008 define e normatiza procedimentos e conceitos para a gestão do Cadastro Único que ainda não haviam sido regulamentados e define o novo formulário de coleta de dados. Este Formulário passará a ser utilizado pelos municípios a partir da implantação da nova versão do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único, denominada Projeto CadÚnico 7, prevista para iniciar em 2010. Esta nova versão do Aplicativo permitirá às prefeituras realizar o cadastramento e a manutenção dos dados das famílias de baixa renda por meio de aplicação on-line, baseada em tecnologia web e de software livre.

Para implantar o novo formulário do CadÚnico, foi iniciado processo de capacitação que terá continuidade ao longo de 2010. Em 2009, foram capacitados 435 multiplicadores entre técnicos estaduais e municipais

ligados à gestão do CadÚnico. Os instrutores serão responsáveis por capacitar, em seus estados, mais de 15.000 entrevistadores que realizarão o cadastramento das famílias nos municípios. Para esse processo de capacitação foram elaboradas sete publicações impressas, além de um vídeo instrucional, com o objetivo de assegurar que os conhecimentos necessários para o preenchimento do novo formulário cheguem com homogeneidade a cada entrevistador, de forma a garantir a qualidade e ampliar a fidedignidade dos dados do CadÚnico.

Periodicamente há verificações das informações declaradas no CadÚnico pelas famílias integrantes do PBF a partir de comparações com informações contidas em outras bases de dados. Em 2009, foi feito o cruzamento do CadÚnico com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2007 e com a Relação de Políticos Eleitos e Suplentes no Pleito de 2008 do Tribunal Superior Eleitoral.

Na comparação entre a RAIS 2007 e o CadÚnico foram identificadas todas as pessoas que aparecem, simultaneamente, no CadÚnico e na RAIS e foram comparadas as rendas informadas em cada uma dessas bases. Nos casos em que foram encontradas divergências entre essas informações, a renda per capita familiar registrada no CadÚnico foi recalculada, tendo como referência a renda média anual constante da base da RAIS. Os municípios puderam realizar a atualização cadastral das famílias identificadas na RAIS 2007 até 31 de dezembro de 2009. A partir desta data, as famílias identificadas cujos dados não foram atualizados tiveram seus benefícios bloqueados na folha de pagamento do PBF de janeiro de 2010.

Para a realização do batimento das informações da base de Políticos 2008 e do CadÚnico, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE encaminhou a Senarc a base de dados dos Políticos Eleitos e Suplentes de 2008. De posse dessas informações foi possível verificar se o político cadastrado no CadÚnico é também o responsável pela unidade familiar. Cabe ainda destacar a disponibilização, em julho de 2009, do Sistema de Monitoramento de Auditorias do CadÚnico - SIMAC, por meio do qual os municípios passaram a complementar e atualizar as informações das

famílias encontradas em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU. A partir dos resultados obtidos foram abertas averiguações e tomadas as providências cabíveis, como o cancelamento do recebimento do benefício do Bolsa Família para as famílias que possuíam políticos eleitos ou suplentes em sua composição e o bloqueio de possível habilitação ao Programa.

Por fim, vale mencionar a disponibilização do SISTAC – Sistema de Isenção de Taxas de Concurso. Essa ferramenta online automatiza o processo de concessão da isenção de taxas em concursos públicos federais para candidatos inscritos no CadÚnico. O SISTAC está aberto para três públicos específicos: (i) Instituições Executoras: acesso para envio da relação de candidatos que solicitaram isenção de taxas por estarem inscritos no CadÚnico; (ii) Órgãos de Auditoria: acesso para consulta da relação de candidatos, dando transparéncia ao processo; e (iii) Candidatos: acesso para consulta do deferimento ou não da solicitação de isenção de taxa.

Programa Proteção Social Básica

O Programa Proteção Social Básica reúne um conjunto de benefícios, serviços e projetos voltados para o atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. As ações prioritárias do programa são os Benefícios de Prestação Continuada - BPC e os serviços do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF desenvolvidos na rede de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. O BPC é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, em qualquer idade cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a ¼ do salário mínimo. No exercício de 2009, houve um investimento de R\$ 8,70 bilhões no atendimento a 1.625.625 pessoas com deficiência (PcD) e de R\$ 8,16 bilhões no atendimento a 1.541.220 pessoas idosas, com uma execução orçamentária de 99,1% no BPC para pessoas com deficiência e de 96,7% no BPC para pessoas idosas.

EXECUÇÃO FÍSICA DO BPC NO PERÍODO DE 2005 A 2009 (BENEFICIÁRIOS)

AÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
BPC pessoa com deficiência	1.211.761	1.293.645	1.385.107	1.510.682	1.625.625
BPC pessoa idosa	1.065.604	1.183.840	1.295.716	1.423.790	1.541.220
TOTAL	2.277.365	2.477.485	2.680.823	2.934.472	3.166.845

Fonte: Dataprev/Síntese, atualizado em 15/01/2010.

Em relação ao ano de 2005, observa-se um crescimento na quantidade de beneficiários de 34,2% no BPC para pessoas com deficiência e de 44,6% no BPC para pessoas idosas. Tendo em vista a necessidade de ampliação e manutenção de uma rede de proteção integral voltada aos beneficiários do BPC e de acesso às diversas políticas públicas, em 2007 foi instituído o Programa BPC na Escola com o objetivo de promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência até 18 anos,

beneficiárias do BPC, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, por meio de articulação intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos. Durante o exercício de 2009, o programa contou com a adesão de todos os estados, Distrito Federal e 2.622 municípios, incluindo as capitais. O programa atende atualmente a 232 mil crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, e desse público, 30% já se encontra na escola.

No período de dezembro de 2008 a dezembro de 2009, foram transferidos aos municípios que aderiram ao Programa BPC na Escola R\$ 737,8 mil para capacitação das equipes técnicas e R\$ 1.736.725 para pagamento dos 144.556 questionários cadastrados no aplicativo do programa.

A Renda Mensal Vitalícia - RMV foi criada em 1974 no âmbito da Previdência Social e extinta em janeiro de 1996 com a regulamentação do BPC. Este benefício era destinado às pessoas com 70 anos ou mais e às pessoas em situação de invalidez, que tivessem contribuído para a Previdência Social no mínimo por 12 meses ou tivessem exercido atividade remunerada anteriormente, não coberta pela Previdência Social, por cinco anos no mínimo. A RMV deve ser mantida durante toda a vida dos beneficiários que recebiam o benefício na data de sua extinção, com base no pressuposto do direito adquirido. Durante o exercício de 2009, a RMV por idade atendeu a 99.627 pessoas em janeiro e a 85.090 pessoas em dezembro, com uma execução financeira de R\$ 511,52 milhões, que corresponde a 100% do orçamento disponível para esta ação. A RMV por invalidez atendeu a 259.088 pessoas em janeiro e a 237.307 pessoas em dezembro, com uma execução de R\$ 1,34 bilhão, correspondente a 96,78% do orçamento disponível para esta ação.

O Serviço de Proteção Social Básica às Famílias consiste no cofinanciamento federal junto às demais esferas de governo, para custeio dos serviços desenvolvidos no âmbito dos CRAS, unidades de referência da política de assistência social, que têm por funções a gestão territorial da rede socioassistencial e a oferta de atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Devem ofertar o serviço de PAIF, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O funcionamento dos serviços em 3.916 CRAS, cofinanciados pelo governo federal em 2009 nos 3.187 municípios, possibilitou referenciar mais de 14 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade e promover o atendimento de mais de 2,5 milhões de famílias por meio do PAIF. Para tanto, a execução orçamentária do MDS para realização desse Programa foi de R\$ 298,01 milhões.

Visando a realização de um diagnóstico nacional sobre a aplicação dos recursos e execução dos serviços cofinanciados por meio do PBT - Piso Básico de Transição, foi disponibilizado em 2009 o "Questionário do Piso Básico de Transição" – QPBT, para preenchimento por todos os municípios, estados e o Distrito Federal que à época recebiam o PBT. O QPBT configurou-se como um instrumento de grande importância para subsidiar a proposta pactuada na reunião da CIT – Comissão Intergestores Tripartite – com relação à destinação do PBT, estabelecendo parâmetros para que a equalização do

cofinanciamento da Proteção Social Básica possa se efetivar nos próximos anos.

Programa Proteção Social Especial

No âmbito da Proteção Social Especial, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS constitui-se numa unidade pública estatal que coordena, articula e oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com direitos violados numa estreita interface com a rede de serviços socioassistenciais e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Presta atendimento psicosocial a nível individual e grupal por meio de equipe interprofissional, visando contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias, a preservação e restauração da integridade dos usuários, o rompimento de padrões violadores no âmbito das relações familiares e sociais e para a prevenção de reincidência de violações de direitos.

Os CREAS têm abrangência municipal ou regional e sua implantação considera os indicadores de situações de violação de direitos nos territórios. Quando estruturado no âmbito regional, além do município sede, garante cobertura de atendimento a um grupo de municípios circunvizinhos, de acordo com pactuação entre os respectivos gestores municipais e o gestor estadual.

Em 2009, o MDS cofinanciou com recurso do Fundo Nacional de Assistência Social 1.014 CREAS Municipais e 43 CREAS Regionais, garantindo a cobertura a 1.236 municípios, nos três serviços ofertados no âmbito dos CREAS: proteção social a indivíduos e famílias; proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias; e serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A Proteção Social Especial também oferta Serviços Especializados de Alta Complexidade que garantem o atendimento a famílias e a indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos que necessitam de acolhimento provisório, em função de fragilidades ou rompimento dos vínculos familiares ou comunitários. Tais serviços proporcionam moradia transitória e acompanhamento técnico profissional com vistas ao retorno dos usuários ao convívio familiar ou alcance da autonomia. No caso de crianças e adolescentes, esgotados a possibilidades de reinserção familiar, promove-se o encaminhamento para família substituta. As ações são organizadas em: Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em Repúbliga e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

O MDS, em consonância com as normativas legais, cofinancia a manutenção de tais serviços mediante transferência fundo a fundo, de maneira regular e automática, por meio dos Pisos de Alta Complexidade: PAC I - voltado a garantia de acolhimento para idosos, crianças e adolescentes, adultos com deficiência, jovens e mulheres vítimas de violência e PAC II - destinados ao acolhimento de indivíduos e famílias em situação de rua. No exercício de 2009, 847 municípios e o Distrito Federal

receberam PAC I e 93 municípios e o Distrito Federal receberam PAC II.

Também é oferecido nessa subfunção o serviço de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e idosas, que visa desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e vida prática, aquisição de habilidades, desenvolvimento de possibilidades, estímulo de capacidades de comunicação e socialização, locomoção independente e oportunidades de convivência, de modo a assegurar a conquista de maior grau de independência individual e social. Tal serviço é cofinanciado por meio do Piso de Transição de Média Complexidade, repassado a 1.551 municípios, sete estados e o Distrito Federal.

Os investimentos na Subfunção Assistência Comunitária em 2009 para os serviços de proteção social especial somam R\$ 149,5 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento de 239.282 pessoas.

Os Serviços de Proteção Social Especial desenvolvidos na subfunção de Assistência à Criança e ao Adolescente incluem o atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias e acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, também oferecidos nos CREAS. Além disso, inclui as ações de convivência e de fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e a garantia de transferência de renda para as suas famílias.

As ações são desenvolvidas tendo como referência a interface do SUAS com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A partir de informações do Censo CREAS este atendimento é oferecido em 96,1% dos 1.200 CREAS, atingindo uma cobertura mensal de 53.400 crianças e adolescentes.

O acompanhamento especializado a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto é feito de forma sistemática por equipe interprofissional, tendo como objetivos promover a inserção dos adolescentes em serviços e programas de promoção e proteção social. De acordo com dados do Censo SUAS, mais de 800 municípios oferecem o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto dos quais 388 municípios contam com o cofinanciamento do Governo Federal que garante o atendimento mensal a cerca de 32.920 adolescentes.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI compreende a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa situação. Foram atendidas em 2009 cerca de 827 mil crianças e adolescentes por mês, em 3.503 municípios.

Na perspectiva de aprimorar o PETI, foi concluído o "Estudo Quantitativo para Avaliação do PETI", que objetivou caracterizar as famílias com crianças e adolescentes beneficiárias do Programa e os recursos físicos e humanos utilizados pelos serviços de convivência, e o "Estudo Qualitativo para Avaliação do PETI", que teve como objetivo realizar diagnóstico desses serviços, para identificação de boas práticas ou de dificuldades na implementação.

O Sistema de Acompanhamento do Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SISPETI, atualmente tem adesão de 3.471 municípios que já inseriram dados gerenciais no Sistema, legitimando a ferramenta de gestão e imprimindo maior transparência e efetividade. É importante destacar que a PNAD de 2008, divulgada em 2009, aponta a tendência de queda do trabalho infantil no Brasil revelando a importância das ações do PETI para colaborar no enfrentamento deste fenômeno. Em 2009 os investimentos na Subfunção Assistência à Criança e ao Adolescente, para cofinanciamento dos serviços de proteção social especial, somam-se R\$ 341,9 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento a 906,8 mil pessoas, com destaque para o PETI que atendeu cerca 827 mil crianças e adolescentes e investiu cerca de R\$ 257 milhões. Foram investidos, ainda, R\$ 23,6 milhões em transferência de renda para os 81,8 mil beneficiários atendidos que participam do PETI e que não estão dentro dos critérios do Programa Bolsa Família.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM

O Projovem Adolescente possui caráter essencialmente preventivo, tendo por objetivos gerais complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária além de promover condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Dirige-se a jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de programas e serviços de proteção social especial, bem como sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto aqueles em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Cada grupo de 25 jovens constitui um coletivo, que deve ser acompanhado por um Orientador Social, além de outros profissionais que constituem a equipe do Projovem Adolescente. O referido coletivo de jovens é a unidade de referência financeira e de monitoramento da execução desta ação. O Serviço foi regulamentado em 2009, o que significou um grande avanço para a sua gestão, na medida em que especifica de forma clara princípios e diretrizes para condução da modalidade do Projovem dirigida aos adolescentes. Em 2009, o Projovem Adolescente esteve presente em 3.147 municípios, com 20.859 coletivos em funcionamento, o que representa uma capacidade de atendimento a 521.475 jovens.

Em dezembro, o MDS promoveu a qualificação para a implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente – SISJOVEM, que contou com representantes de todas as regiões do país, das Secretarias

Estaduais de Assistência Social e dos membros dos COEGEMAS's (Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social existentes nos 27 estados). Com a implantação do SISJOVEM, a informação sobre o número de jovens beneficiados poderá ser obtida de forma mais consistente. Entre os meses de março e junho foram realizadas capacitações estaduais sobre o Projovem Adolescente abrangendo todos os estados e o Distrito Federal, somando 3.216 municípios, com a qualificação de um total de 3.840 pessoas. As capacitações foram promovidas pelo MDS em parceria com o CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) e as Secretarias Estaduais de Assistência Social. Para a implantação do Projovem Adolescente no ano de 2009, foram pagos recursos no montante de R\$ 228,1 milhões.

Programa Acesso à Alimentação

O Programa Acesso à Alimentação reúne um conjunto de 12 ações orçamentárias, com o objetivo estratégico de garantir o direito à alimentação adequada, em especial das famílias em situação de insegurança alimentar instaladas nos territórios mais pobres, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, conforme estipulado no § 7º do art. 165 da Constituição Federal. As ações prioritárias do programa são a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. A ação de Aquisição de Alimentos - PAA consiste na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais, para recomposição dos estoques públicos e para comercialização. O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. Em 2009, o orçamento aprovado para essa ação foi de R\$ 624,3 milhões. Recentemente, o Brasil introduziu uma inovação importante relacionando compras governamentais, produção de alimentos, erradicação da fome e melhoria da educação. Por meio da Lei nº 11.947/2009, determinou-se que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pela União para a merenda

escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar e do empreendedorismo familiar rural. Em 2009, no âmbito federal, por meio de cooperação entre o MDS e a Conab, foram investidos R\$ 249,8 milhões, beneficiando aproximadamente 71.600 agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 151.439 toneladas de alimentos e atendimento a 25.800 entidades assistenciais.

Nos últimos dois anos foram publicados editais de seleção de propostas para apoio a projetos de compra direta local da agricultura familiar em municípios e estados pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad. Os convênios firmados com os estados, em 2008 e 2009, atenderam a aproximadamente 24,1 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 11 mil toneladas de alimentos, os quais vem sendo doados a 450 mil pessoas. Em 2009 foi executado o valor de R\$ 28,7 milhões.

Em se tratando da parceria firmada com os municípios, a ação selecionou, por meio de edital, 80 municípios, atendendo 11,3 mil agricultores com a aquisição de cerca de 41.665 toneladas de alimentos com um volume total de investimentos em torno de R\$ 28,5 milhões - beneficiando 1.880 entidades assistenciais (aproximadamente 788 mil pessoas).

Na modalidade do PPA Leite (Leite Fome Zero), ação que garante a compra do leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, foi alcançada a meta de compra de 700 mil litros de leite/dia em 2009, entregues diariamente a 650 mil famílias (cerca de 3 milhões de pessoas), beneficiando 26 mil agricultores em 1.158 municípios da região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais. Em 2009 foram executados R\$ 138,9 milhões para aquisição e distribuição de leite.

BALANÇO DO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM 2009

ATUAÇÃO DO PAA	AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS	TONELADA DE ALIMENTOS	ENTIDADES ASSISTENCIAIS OU PESSOAS ATENDIDAS	RECURSOS EXECUTADOS (R\$ MILHÕES)
FEDERAL	71.600	151.439	25.800 entidades	249,8
ESTADUAL	24.100	11.000	450.000 pessoas	28,7
MUNICIPAL	11.300	41.665	1.880 entidades 788.819 pessoas	28,5
LEITE	26.000	144.000	3 milhões de pessoas	138,9
TOTAL	133.000	348.104		445,9

Fonte: Governos Estaduais, Municipais e Conab.

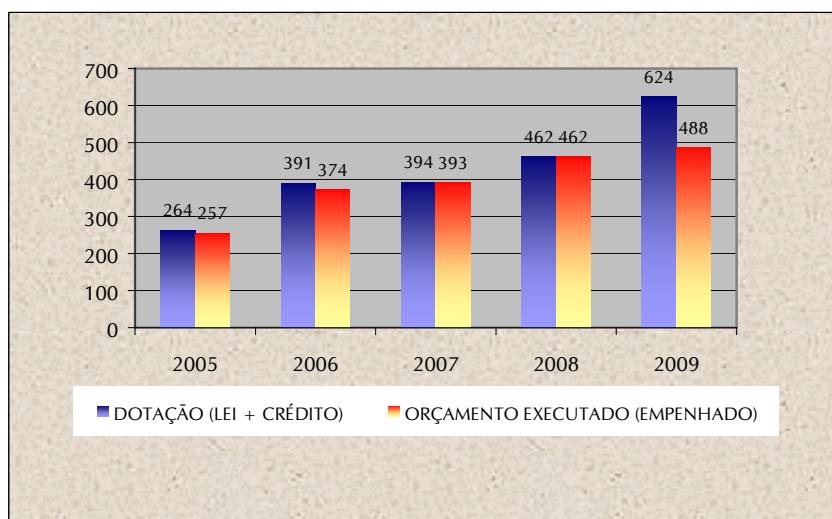
Quanto à Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe destaque o equipamento Restaurante Popular, que funciona nos municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o Governo Federal, o Distrito Federal e os governos locais, e prestam importante serviço público para promoção do direito humano à alimentação adequada dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do país. A cada dia, cerca de 105 mil refeições são servidas nos 74

Restaurantes Populares em funcionamento, distribuídos em 65 municípios brasileiros. As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos implantados em parceria com prefeituras municipais que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas - na unidade, em parceria com o CRAS. A distribuição de refeições é em sua maioria gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível. Em 2009, pela ação de apoio a instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares foram contratadas 98 novas unidades,

sendo 80 cozinhas comunitárias e 18 Restaurantes Populares, que serão pagos em duas parcelas, uma em 2009 e outra com recursos orçamentários de 2010. O total de recursos orçamentários aplicados em 2009 foi de R\$ 46,1 milhões, dos quais R\$ 24,7 milhões já foram liquidados. Por meio dessa ação busca-se ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, à população de baixa renda e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano e os distribuem a entidades que

compõem a rede de promoção e proteção social municipal. Em 2009, pela ação de apoio a instalação de Banco de Alimentos foram contratadas 16 novas unidades, que serão pagas em duas parcelas, uma em 2009 e outra com recursos orçamentários de 2010. O total de recursos orçamentários aplicados em 2009 foi de R\$ 5,54 milhões dos quais R\$ 2,96 milhões já foram liquidados. É importante ressaltar os grandes avanços obtidos no cumprimento do dever de promover a realização do direito humano à alimentação das famílias rurais e urbanas em territórios pobres de todas as regiões do país, principalmente a partir de 2005. Os resultados atingidos pelo programa estão diretamente relacionados à evolução de recursos destinados, conforme gráficos seguintes.

**Evolução da Execução Orçamentária – PAA 2005/2009
(R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi Gerencial

**Evolução da Execução Orçamentária – Rede de Equipamentos Públicos 2005/2009
(R\$ MILHÕES)**



Fonte: Siafi Gerencial